



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO n. 031/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2017

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CREMERJ, torna público que se encontra aberta, nesta autarquia, licitação na modalidade pregão presencial, tipo menor preço, a ser realizada no dia **14 de dezembro de 2017, às 10h30min.**, na sede do CREMERJ, situada à Praia de Botafogo 228/119B, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.250-145, em sessão pública, pelo pregoeiro e equipe de apoio em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos 3.555/2000, Decreto 7.892/2013 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições estabelecidas a seguir.

1. OBJETO

1.1 O presente certame tem como objeto a **contratação de empresa especializada em Serviços Gráficos para a produção de 05 (cinco) livros**, conforme especificações definidas no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE
01	LIVRO 1 - RESIDÊNCIA MÉDICA Capa: 33 x 23 cm (aberto) 16 x 23 cm (fechado) Lombada 1cm Papel CARTÃO DUPLEX Acabamento: Capa dura Cor: 4x0 Miolo: 16 x 23 cm Número de Páginas: 344 Papel: Sulfite 75 g ou Offset Cor: 2x2 Miolo: 4x4	500
02	LIVRO 2 - CÓDIGO DE ÉTICA DO ESTUDANTE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO Capa: 13 x 20 cm (fechado) 27 x 20 cm (aberto) Lombada 1 cm Papel Couchê 220 gr Acabamento: Laminação fosca Cor: 4x0 Miolo: 13 x 20 cm Número de páginas: 56 Papel: Sulfite 75 g Cor: 2x2 Miolo: P&B	1.500
03	LIVRO 3 - O ATESTADO DE ÓBITO Capa: 14,5 x 20,5 cm (fechado) 30 x 20,5 cm (aberto)	1.000



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



	<p>Lombada 1 cm Papel Couchê 220 gr ou Papel CARTÃO DUPLEX Acabamento: Laminação fosca Cor: 4x1 Formato Livro: 14,5 x 20,5 cm Número de Páginas: 132 Papel: Sulfite 75 g ou Offset Miolo: P&B</p>	
04	<p>LIVRO 4 - MANUAL DO DIRETOR TÉCNICO Capa: 13,5 x 20 cm (fechado) 27,8 x 20 cm Lombada 1 cm Papel Couchê 220 gr ou Papel CARTÃO DUPLEX Acabamento: Laminação fosca Cor: 4x0 Formato Livro: 13,5 x 20 Número de Páginas: 212 Papel: Sulfite 75g ou Offset Miolo: P&B</p>	1.000
05	<p>LIVRO 5 - CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA Capa: 21 x 14,5 cm (aberto) 10,5 x 14,5 cm (fechamento) Papel Couchê 220 gr Acabamento: Laminação Fosca + grampo ou lombada Cor: 4x0 Formato Livro: 10,5 x 14,5 cm Número de Páginas : 96 Papel: Sulfite 75g ou Offset Cor: P&B</p>	2.000

1.2 São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos:

ANEXO I – MODELOS DE DOCUMENTOS

- PROCURAÇÃO – CREDENCIAMENTO;
- MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO V, ARTIGO 27 DA LEI N.º 8.666/93;
- MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO VII, ARTIGO 4º DA LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E SE SUJEITA AS REGRAS DO PRESENTE PREGÃO;
- MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP;
- MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;
- MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA;
- MODELO DE DECLARAÇÃO QUE POSSUI TOTAL CONHECIMENTO DO OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO E ATENDE AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

2 - DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

2.1 A Pregoeira prestará todos os esclarecimentos solicitados e responderá às impugnações protocolizadas de acordo com o disposto no artigo 12 do Decreto nº 3.555 de 08.08.00, até (02) dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, ou seja, até 11/12/17.

2.1.1 As solicitações de esclarecimentos de dúvidas, de providências ou impugnação deverão ser dirigidas à Pregoeira e protocolizadas na Recepção do CREMERJ, situada na Praia de Botafogo, 228, Lj. 119B - Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, no horário de 11h às 16h, **ou** através do e-mail licitacoes@crm-rj.gov.br, até às 16h do prazo final, conforme estipulado no artigo 12, *caput*, do Decreto nº 3.555/00 (*Até dois dias antes da data fixada para recebimento das propostas*).

2.2. O licitante se obriga a verificar todas e quaisquer informações, tais como, respostas a pedidos de esclarecimentos, impugnações, entre outras, sobre o presente certame no site do CREMERJ: www.CREMERJ.org.br, no link “Institucional”, “Licitações”, “Pregão” e selecionar o pregão no qual está participando.

2.3. O CREMERJ poderá, também, por iniciativa própria e a qualquer tempo, antes da data marcada para o recebimento dos Documentos e Propostas, transmitir informações e instruções que julgue oportunas, para a perfeita e correta interpretação das condições deste Pregão. Tais informações estarão disponíveis no site do CREMERJ e o licitante fica responsável por acessá-lo e obter todas as informações do certame.

2.4 Não deverão ser considerados, pelos participantes, na formulação de suas Propostas, quaisquer esclarecimentos e/ou informações obtidos de forma diferente da estabelecida no Item **2.2** deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 As empresas que desejarem participar deste Pregão deverão, no dia, hora e local estabelecidos neste edital, depois de declarada aberta a sessão:

a) proceder ao credenciamento na forma do *Capítulo V – DO CREDENCIAMENTO*;



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



b) entregar os envelopes: **separados, lacrados, invioláveis e não transparentes** da “**PROPOSTA COMERCIAL**” e “**HABILITAÇÃO**”, contendo na parte externa: o nº do processo, nº do pregão, nome da empresa com o respectivo nº de inscrição no CNPJ, local, data e hora da realização do certame, não sendo permitida a entrega dos envelopes em nenhum outro momento.

c) O presente certame **será exclusivo para ME e EPP**, conforme art. 48, I da Lei 123/2006, mediante pesquisa de mercado realizada para o objeto deste certame.

3.2 Não poderão participar:

a) empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com o CREMERJ, como previsto no art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/93;

b) empresas com falência decretada ou em recuperação judicial ou extrajudicial;

c) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

d) servidores ou dirigentes deste órgão, conforme art. 9º, III, da Lei 8666/93;

e) Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

f) Empresas que não se enquadrem como ME ou EPP, conforme art. 48, I da Lei 123/2006.

3.3 Para fins de comprovação do atendimento das alíneas “a” e “b”, adicionalmente aos documentos exigidos, serão efetuadas as seguintes diligências, ambas visando comprovar a regularidade da licitante, antes da assinatura contratual, junto ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992, disponível por meio de consulta ao site www.cnj.jus.br;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam.

4 – DA AUTENTICAÇÃO

4.1. A autenticação de documentos pelo CREMERJ, caso necessário pelos Licitantes, poderá ser requisitada na sede do órgão situado à Praia de Botafogo, 228/Loja 119 B – Botafogo – Rio de



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Janeiro/RJ, CEP: 22.250-145, no período de 10:30h às 11:00h no dia marcado para recebimento das Propostas constante do preâmbulo deste Edital, perante ao Pregoeiro e Equipe de Apoio.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1 Cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular ou pessoa devidamente credenciada, e somente este poderá atuar na formulação de propostas e na prática de todos os demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos abaixo indicados, fora dos envelopes e nos moldes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

5.2 A empresa deverá apresentar, no momento do Credenciamento:

5.2.1 Cópia simples do documento de constituição, na forma do **subitem 5.2.2**, onde conste, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatível com o objeto da licitação.

5.2.2 Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresa individual, o registro comercial. No caso de sociedades simples, a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício. Para o credenciamento, poderá ser utilizada cópia simples destes documentos.

5.2.3 Os documentos referidos na cláusula 5.2.2 deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2.4 Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação constantes neste edital, conforme art. 4º, inc. VII da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Anexo I);

5.2.5 Declaração de ME/EPP (modelo no anexo I), caso a empresa se enquadre nesta situação.

5.2.5.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido pelas Leis Complementares n. 123/2006 e



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



147/2014, bem como de que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar n. 123/2006.

5.2.6 Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, tendo como condição para que o credenciamento seja aceito a apresentação dos seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;

b) Procuração/Carta de Credenciamento, assinada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser entregue visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, ou instrumento público de mandato;

b.1) O instrumento particular de mandato deverá obrigatoriamente estar com a firma reconhecida, de acordo com o disposto no § 2º do art. 654 do Código Civil Brasileiro.

5.3 Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos do Capítulo V. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope da proposta comercial.

5.4 Finalizada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

5.5 Após o credenciamento, os proponentes somente poderão se ausentar do local do Pregão com a prévia anuência do Pregoeiro, sob pena de sua exclusão do certame.

5.6 Todos documentos necessários ao Credenciamento acima listados, devem ser apresentados com **cópia e original ou por cópia autenticada** para a devida conferência.

5.6.1 Os documentos constantes das alíneas **a**, **b** do **Item 5.2.6** e os documentos constantes do **Item 5.2.4 e 5.2.5**, acima mencionados, devem ser entregues ao pregoeiro no Ato do Credenciamento, **em caráter definitivo**, para fins de juntada aos autos do processo licitatório, conforme especificado abaixo;

a) O documento constante na alínea **a** do **Item 5.2.6** (*Identidade ou documento equivalente*) deve ser apresentado: **através de cópia** (indispensável original para conferência no ato do credenciamento);



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



b) Os documentos constantes na alínea **b** do **item 5.2.6** e os documentos constantes dos **itens 5.2.4 e 5.2.5** (*Procuração/Carta de Credenciamento e Declarações*) devem ser apresentados: através de originais.

6 - DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1 A proposta comercial deverá ser apresentada em envelope indevassável, constando da parte externa as indicações descritas no **subitem 3.1."b"**.

6.1.1 É vedado ao licitante desistir da proposta após a abertura do primeiro envelope de preços de qualquer licitante.

6.2 A proposta comercial deverá ser apresentada no original, **preferencialmente**, no modelo constante do ANEXO III deste Edital, minuciosamente descrita e impressa em via única, datada, assinada pelo representante legal ou procurador da empresa, devidamente identificado com o nome, número da identidade e cargo, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo ainda o nome, endereço atual completo e nº do CNPJ da proponente.

6.3 Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

a) a cotação de preços englobará todas as despesas diretas e indiretas incidentes ou relacionadas com a entrega do objeto. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada;

b) a proposta de preços deverá ser válida pelo período de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data prevista para abertura do certame;

c) é vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

6.3.1 Caso a licitante não informe em sua proposta comercial o prazo de validade da proposta, será considerado o estabelecido na letra "b" do subitem **6.3**.

6.4. A empresa vencedora, tendo ofertado lance durante a sessão, deverá apresentar nova planilha a que se refere o subitem 6.2, até o 5º (quinto) dia útil subsequente à data da realização do certame, através de correio eletrônico, pelo e-mail licitacoes@crm-rj.gov.br ou através de entrega no Setor de Licitações, Compras e Contratos do CREMERJ, com endereço à Praia de Botafogo, n. 228 – loja 119B – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



6.5 Os erros ou equívocos porventura ocorridos nas cotações serão de inteira responsabilidade do proponente.

6.6. Havendo discordância entre os preços unitário e total, prevalecerá o primeiro, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo a Pregoeira proceder às correções necessárias.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Após realização de pesquisa de mercado, no julgamento das propostas será adotado o critério do tipo MENOR PREÇO GLOBAL (*representado pela soma do valor dos Itens 1, 2, 3, 4 e 5*), devendo ser considerada como **valor máximo unitário por item a ser ofertado pelo Licitante**, aqueles constantes da tabela abaixo:

OBJETOS	QUANT.	VALOR MÁX. UNIT.	VALOR MÁX. GLOBAL
LIVRO 1 –Residência Médica	500	R\$55,13	R\$ 27.565,00
LIVRO 2 – Código de Ética do Estudante de Medicina do Estado do RJ	1.500	R\$ 3,84	R\$ 5.760,00
LIVRO 3 – O Atestado de óbito	1.000	R\$ 7,26	R\$ 7.260,00
LIVRO 4 – Manual do Diretor Técnico	1.000	R\$ 10,12	R\$ 10.120,00
LIVRO 5 – Código de Ética Médica	2.000	R\$ 2,92	R\$ 5.840,00
VALOR MÁXIMO GLOBAL= (Soma dos valores dos livros 1 + 2 + 3 + 4 + 5)			R\$ 56.545,00

7.2. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as propostas:

7.2.1. Que apresentem valores unitários por item superiores aos informados na tabela constante no **Item 7.1.;**

7.2.2. Que apresentem valor máximo global superior ao informado (soma dos Itens 1+2+3+4+5) no **Item 7.1.**, ou seja, **superior a R\$ 56.545,00 (Cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).**

7.3. Serão classificados pela Pregoeira os proponentes que apresentarem as propostas do tipo MENOR PREÇO TOTAL, em conformidade com a descrição do objeto, em especial, constante do subitem 1.1. e 7.1 deste Edital, assim como do Termo de Referência, anexo II deste Edital.

7.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



7.5. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

7.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes do Capítulo XIII, deste Edital.

7.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação de propostas.

7.8. A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito. Se a oferta não for aceitável, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido um preço melhor.

7.9. Sendo aceitável o menor preço ofertado, e estando a especificação da proposta de acordo com o Edital, a Pregoeira verificará o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelope indevassável, constando da parte externa as indicações descritas no item 3.1. “b”, contendo:

8.2 DAS DOCUMENTAÇÕES PARA HABILITAÇÃO (*Envelope lacrado*)

8.2.1 Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de sociedades simples, a inscrição do ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício no caso de S.A;

b.1) Nos casos de registros oriundos da JUCERJA (Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – Deliberação JUCERJA n. 74/2014) ou de outra Junta Comercial, desde que tenham deliberado no mesmo sentido, poderá haver abstenção da autenticação cartorial face a utilização de chancela digital;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



c.1) Os documentos referidos acima **deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva**, através de cópia autenticada por cartório competente ou pelo CREMERJ.

d) Declaração em atendimento ao inciso V, artigo 27 da lei n.º 8.666/93 (modelo no anexo I).

e) Declaração de inexistência de fato impeditivo (modelo no anexo I).

8.2.3 Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de Regularidade para com a Receita Federal do Brasil (*Consolidada conforme Portaria nº 1751 de 02/10/14, da Secretaria da Receita Federal, publicada no DOU na Seção 1 em 03/10/14*);

f) Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) em plena validade.

8.2.4 Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta:

a.1) Será considerado último exercício social a data base de entrega do SPED contábil da Secretaria da Receita Federal.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



a.2) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, a depender da forma de constituição, assim apresentados:

1-1 Sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado no órgão de Registro do comércio da sede ou do domicílio da Licitante, acompanhado de **cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído;**

1-2 Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas- S.A.: regidas pela Lei nº 6.404/1976: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou domicílio da Licitante e publicado em Diário Oficial ou em Jornal de grande circulação ou fotocópia registrada ou autenticada no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da Licitante acompanhado de **cópia do termo de abertura e encerramento do livro diário do qual foi extraído;**

1-3 Sociedades Simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede acompanhado de **cópia do termo de abertura e encerramento do livro diário do qual foi extraído;** caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro no órgão de Registro do Comércio;

1-4 As Empresas constituídas no exercício em curso ou com menos de um ano: deverão apresentar balanço conforme abaixo discriminado, com a assinatura do sócio- gerente e do responsável por sua contabilidade e a indicação do nome deste e do seu número de registro no Conselho Regional de Contabilidade ou equivalente, devidamente registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da Licitante: a) balanço de abertura, no caso de sociedades sem movimentação; b) balanço intermediário, no caso de sociedades com movimentação;

1-5 Por cópia do SPED Contábil, devidamente autenticada através de emissão no sítio eletrônico: www.receita.fazenda.gov.br

a.3) O balanço patrimonial do último exercício social não será exigido da microempresa e da empresa de pequeno porte, somente nos casos descritos no art. 3º do Decreto Federal n. 8538/2015, conforme abaixo:



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



“Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social”.

- b)** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de até 90 (noventa) dias anteriores à data marcada para esta licitação;
- c)** A boa situação financeira de todas as licitantes será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

c.1) Do balanço referido na alínea c do Item 8.2.4, cujo índice de solvência, obtido conforme fórmula acima, terá de ser maior ou igual a um (\geq a 1).

d) A licitante, cadastrada ou não no SICAF, que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do item.

e) As licitantes deverão comprovar a sua regularidade mediante a apresentação das Certidões Negativa de Débito (CND's), em conformidade com o disposto no inciso XIII, do artigo 4º, da lei 10.520/02.

8.2.5 Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Modelos no Anexo I):

a) **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou de forma satisfatória os serviços com características pertinentes e compatíveis com as previstas na presente licitação;

b) **Declaração** contendo o seguinte teor:



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



b.1) de que possui total conhecimento do objeto da presente licitação e que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b.2) que cumprirá os prazos exigidos para o fornecimento dos itens de serviços gráficos que são objeto deste certame.

8.3 Os documentos referidos no subitem 8.2.5 alíneas “b.1” e “b.2” deverão ser em originais e assinados por sócio, diretor ou representante legal da licitante, observado o item 5.1 deste Edital.

8.4 Os documentos exigidos poderão ser analisados pelo gestor/fiscal do futuro contrato para emissão de parecer técnico em eventual diligência instaurada pela Pregoeira, a qual poderá considerá-lo no julgamento da habilitação, conforme artigo 43, § 3º da Lei 8.666/93.

8.5 O CREMERJ poderá promover visita às dependências da Licitante e consulta às entidades competentes, a fim de comprovar a exatidão das informações contidas nos documentos requeridos.

8.6 A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar da Licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

8.7 Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, observado o disposto no art. 4º §1º do Decreto nº 8.538/2015 no que diz respeito às microempresas e empresas de pequeno porte.

8.8 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, ressalvada a hipótese prevista no **item 8.9** deste Edital.

8.9 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma **restrição na comprovação da REGULARIDADE FISCAL**, será assegurado o **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, conforme art. 43, §1º da lei Complementar 123/2006, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o PROPONENTE (ME ou EPP) foi declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, quando requerido pelo licitante e a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.9.1 A não regularização da documentação no prazo previsto no **item 8.9**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei,



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.10 Todos os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em originais ou por cópias reprográficas, obrigatoriamente autenticadas de acordo com o artigo 32 da Lei nº 8.666/93.

8.11 Se houver impossibilidade de apresentar qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, deverá o licitante apresentar declaração em papel timbrado da empresa, assinado por seu representante legal, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar o documento atualizado, para fins de direito, em até 10 (dez) dias úteis, independentemente da fase em que se encontrar o processo licitatório, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às penalidades legais, nos termos do Capítulo XIII deste Edital.

8.12 No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, a Pregoeira examinará as condições de habilitação da proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

8.13 Verificado o atendimento pleno das exigências Editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe ADJUDICADO pela Pregoeira o objeto para o qual apresentou proposta.

8.14 A Pregoeira manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8.15 Da Sessão Pública será elaborada ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pela Pregoeira, equipe de apoio e demais presentes.

8.16 Após o resultado da licitação e a homologação, resumo será publicado na Imprensa Oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

9 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, sendo registrada em ata a síntese das razões recursais, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões escritas, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



9.2 A falta de manifestação imediata e motivada de recorrer importará em decadência do direito de recorrer. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

9.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo, conforme prevê o artigo 11, inciso XVIII, do Decreto nº 3.555/00.

9.4 O recurso deverá ser dirigido à Pregoeira e protocolizado na Recepção do CREMERJ, situada na Praia de Botafogo, 228, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, no horário de 11h às 16h, dentro do prazo estabelecido no item 9.1.

10 - DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 Não sendo interposto recurso, caberá à Autoridade Competente adjudicar o objeto e ao Presidente do CREMERJ, homologar o procedimento licitatório.

10.2 Havendo recurso, a Administração do CREMERJ, após deliberar sobre o mesmo, fará a adjudicação do objeto, homologando ou não o procedimento licitatório.

11 – DO INSTRUMENTO: CONTRATO

11.1 Depois de homologado o certame e adjudicado o objeto pertinente, a licitante vencedora deverá comparecer ao CREMERJ para assinatura do instrumento pertinente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua convocação.

11.2 A recusa do Proponente vencedor em assinar o Contrato, conforme designado por este órgão, no prazo fixado neste Edital, caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

11.3 Ocorrendo a hipótese, o processo retornará ao Pregoeiro que convocará os Proponentes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais Propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma Proposta atenda integralmente ao Edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para a devida assinatura do instrumento, nos termos da Cláusula 11.1 do presente Edital.

11.4 A empresa VENCEDORA deverá indicar na data da assinatura, preposto para representá-la durante a execução do objeto deste Edital, nos termos do art. 68 da Lei 8.666/93, bem como disponibilizar um endereço eletrônico e número de telefone local para contato imediato com o(s) Fiscal(is) do Contrato.

12 – DA RESCISÃO

12.1 A inexecução parcial ou total deste ensejará sua rescisão, com as consequências previstas em lei, conforme minuta do Contrato e legislação pertinente.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



13 - DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização será exercida pelo(s) Fiscal(is), devidamente designado(s) pelo CREMERJ – conforme art. 67 da lei 8666/93, ao qual incumbirá acompanhar a prestação dos serviços objeto deste Edital, em sua íntegra, determinando à empresa VENCEDORA as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, bem como anotar e enquadrar as infrações constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o instrumento respectivo, oriundo deste Edital e seus anexos, ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a adequada execução deste objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito a ser impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e a ser descredenciado dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520 de 10/07/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais previstas na Lei 8.666/93, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa.

14.2 Pela inexecução parcial ou total das cláusulas avençadas, garantido o direito à ampla defesa, poderá ser aplicada à empresa VENCEDORA as sanções administrativas previstas na legislação em vigor.

14.3 A empresa VENCEDORA incorrerá em multa no percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado do serviço, por infração de qualquer das cláusulas previstas;

14.4 As sanções previstas poderão ser registradas em sistemas de cadastramento de fornecedores.

14.5 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será deduzida da fatura devida, ou ainda, cobrada diretamente da empresa VENCEDORA, amigável ou judicialmente, na forma dos parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93.

15 - DO PAGAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da Nota Fiscal devidamente discriminada em nome do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ n.º 31.027.527/0001-33, constando o número do Processo (nº 031/2017) e o número do Pregão (nº 009/2017), acompanhada dos seguintes documentos, sem o qual, havendo atraso dos mesmos, ensejará a contagem de novo prazo para pagamento:



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



15.1.1 Declaração do Simples (*assinada e original*), caso a empresa seja Optantes do *SIMPLES Nacional*;

15.1.2 Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão específica quanto à inexistência de débito de contribuições junto ao INSS, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto n.º 6.106/2007, ou alterações posteriores.

15.2 O pagamento poderá ser feito através de boleto bancário ou depósito, sendo neste último caso, necessário que conste na descrição da Nota Fiscal os dados: Banco, Agência e Conta para depósito, cuja titularidade deve estar em nome da empresa vencedora deste certame licitatório.

15.3 A liberação da Nota Fiscal/Fatura para pagamento ficará condicionada ao atesto do(s) Fiscal(is), conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93;

15.4 Qualquer atraso ocorrido na apresentação dos documentos exigidos nos Itens 15.1, 15.1.1 e 15.1.2 importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CREMERJ até sanada todas as pendências.

15.5 Fica o VENCEDOR ciente de que, quando da ocasião do pagamento, será verificado se as condições de habilitação estão mantidas, sem as quais ocorrerá prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CREMERJ até que a regularidade seja comprovada.

15.6 Fica a empresa VENCEDORA ciente da obrigatoriedade de apresentação do Termo de Opção pelo Simples, quando assim couber, no ato da entrega da Nota Fiscal, esclarecendo o CREMERJ que a não apresentação do documento em questão, ocasionará o desconto no pagamento devido à empresa do valor referente ao encargo previsto na Lei nº 9.430 de 27/12/96.

15.7 Todos os impostos serão retidos em conformidade com a IN-RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores.

15.8 O preço ofertado na licitação para cada um dos itens (LIVROS) será fixo e irrevogável durante a vigência contratual, cabendo a empresa VENCEDORA, mantê-lo para a execução na íntegra do objeto contratual.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Fica ressalvado ao CREMERJ o direito de, por provocação ou de ofício, em razão de ilegalidade, anular, no todo ou em parte, ou revogar por interesse público a presente Licitação,



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



bem como aumentar ou suprimir o valor do contrato, dentro dos limites fixados, em conformidade com os artigos 49 e 65, parágrafos 1º e 2º, ambos da Lei 8.666/93.

16.2 A empresa VENCEDORA fica obrigada a não transferir no todo, os produtos adjudicados, que constituem objetos desta licitação.

16.3 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça realização do certame na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expresso da Autoridade Competente.

16.4 O CREMERJ se reserva ao direito de documentar a sessão com o uso de gravadores de imagem e som, inclusive usar gravações como meio de prova, administrativo e judicial.

16.5 Para a contagem dos prazos deste Edital será considerado o horário oficial de Brasília/DF.

16.6 Fica eleito o foro da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para dirimir todas as questões oriundas do presente instrumento.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2017.

Margareth de Souza do Espirito Santo
Pregoeira

Presidente Nelson Nahon
Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ANEXO I - MODELOS DE DOCUMENTOS

MODELO DE PROCURAÇÃO:

CRENCIAMENTO

(empresa), com sede (endereço), CNPJ/MF, neste ato representada por seu (s) representante (s) legal (is) ao final assinado (s), nomeia e constitui seu bastante procurador, (nome), (qualificação), (RG), (CPF), (domicílio/residência), ao qual outorga poderes específicos para representar a Outorgante no processo licitatório, na modalidade de Pregão n.º ____/____, junto ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro - CREMERJ, especialmente para formular lances, manifestar intenção de interpor recurso ou renunciar ao direito de recorrer, enfim, praticar todos os atos pertinentes ao referido pregão, podendo ainda requerer, impugnar, desistir, assinar qualquer documento necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

(NOME/CARGO)



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



MODELO DE:

DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO V, ARTIGO 27 DA LEI N.º 8.666/93.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, DECLARA para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz: () sim () não.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

(Licitante)



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



MODELO DE:

DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO VII, ARTIGO 4º DA LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E SE SUJEITA AS REGRAS DO PRESENTE PREGÃO.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada na _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VII, artigo 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e se sujeita às regras do presente pregão.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

(Licitante)



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



MODELO DE:

DECLARAÇÃO – ME / EPP

.....(razão social do licitante), com endereço na, inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos artigos 7º e 9º, da Lei nº 10.520/03, **declarar que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, abaixo transcritas:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

[...]

“§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.”

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

(Licitante)



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



MODELO DE:

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A empresa _____, sediada na _____ declara sob as penas da Lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos do direito de participar de licitações no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

(Licitante)



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



MODELO DE:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (OU DECLARAÇÃO)

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____, executa (ou executou) serviços de _____ para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Local e data.

(Assinatura e carimbo do emissor do Atestado)

Observação: Este atestado (ou declaração) deverá ser emitido em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor do referido atestado.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



MODELO DE:

DECLARAÇÃO QUE POSSUI TOTAL CONHECIMENTO DO OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO E ATENDE AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____, possui total conhecimento do objeto da presente licitação e que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Por fim, declara que cumprirá os prazos exigidos para o fornecimento do serviço objeto deste certame, não havendo qualquer inviabilidade para o início imediato após a assinatura do contrato.

Local e data,

(Licitante)

Observação: Esta Declaração deve ser original e assinada por sócio, diretor ou representante legal da licitante.



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente certame tem como objeto a **contratação de empresa especializada em Serviços Gráficos para a produção de 05 (cinco) livros para o Conselho de Medicina do Estado do Rio de Janeiro**, conforme especificações definidas no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE
01	LIVRO 1 - RESIDÊNCIA MÉDICA Capa: 33 x 23 cm (aberto) 16 x 23 cm (fechado) Lombada 1cm Papel CARTÃO DUPLEX Acabamento: Capa dura Cor: 4x0 Miolo: 16 x 23 cm Número de Páginas: 344 Papel: Sulfite 75 g ou Offset Cor: 2x2 Miolo: 4x4	500
02	LIVRO 2 - CÓDIGO DE ÉTICA DO ESTUDANTE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO Capa: 13 x 20 cm (fechado) 27 x 20 cm (aberto) Lombada 1 cm Papel Couchê 220 gr Acabamento: Laminação fosca Cor: 4x0 Miolo: 13 x 20 cm Número de páginas: 56 Papel: Sulfite 75 g Cor: 2x2 Miolo: P&B	1.500
03	LIVRO 3 - O ATESTADO DE ÓBITO Capa: 14,5 x 20,5 cm (fechado) 30 x 20,5 cm (aberto) Lombada 1 cm Papel Couchê 220 gr ou Papel CARTÃO DUPLEX Acabamento: Laminação fosca Cor: 4x1 Formato Livro: 14,5 x 20,5 cm Número de Páginas: 132 Papel: Sulfite 75 g ou Offset Miolo: P&B	1.000
04	LIVRO 4 - MANUAL DO DIRETOR TÉCNICO Capa: 13,5 x 20 cm (fechado) 27,8 x 20 cm Lombada 1 cm Papel Couchê 220 gr ou Papel CARTÃO DUPLEX Acabamento: Laminação fosca Cor: 4x0 Formato Livro: 13,5 x 20 Número de Páginas: 212 Papel: Sulfite 75g ou Offset	1.000



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



	Miolo: P&B	
05	LIVRO 5 - CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA Capa: 21 x 14,5 cm (aberto) 10,5 x 14,5 cm (fechamento) Papel Couchê 220 gr Acabamento: Laminação Fosca + grampo ou lombada Cor: 4x0 Formato Livro: 10,5 x 14,5 cm Número de Páginas : 96 Papel: Sulfite 75g ou Offset Cor: P&B	2.000
OBS: A ARTE SERÁ ENCAMINHADA À LICITANTE VENCEDORA, DIRETAMENTE, PELA EMPRESA DE DESIGN DO CREMERJ.		

2. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

2.1 RESIDÊNCIA MÉDICA

O sistema de especialização em medicina, baseado na Residência Médica, teve início em 1889, em Baltimore, no Hospital da John's Hopkins University e em 1927 a Associação Médica Americana reconheceu sua necessidade como treinamento de pós-graduação publicando, então, a primeira relação de hospitais cadastrados na execução dos programas de residência médica.

A partir dessas experiências, o sistema de residência Residência Médica, como forma de ensino/aperfeiçoamento, após a graduação, se difundiu nos Estados Unidos e, posteriormente, no mundo.

No Brasil, essa forma de ensino vem sendo utilizada desde a década de 1940, tendo sido iniciada com a residência em Ortopedia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em 1945. No Rio de Janeiro, em 1958, foi no Hospital dos Servidores do Estado que a Residência Médica se consolidou de forma mais estruturada formando médicos especialistas em Cirurgia Geral, Pediatria, Clínica Médica e Ginecologia e Obstetrícia.

Em 1976, a Comissão do Ensino Médico do Ministério de Educação e Cultura recomenda a criação da Comissão Nacional de Residência Médica, de caráter interministerial, com a participação de representantes do Estado Maior das Forças Armadas, do Conselho Federal de Medicina, da Federação Nacional dos Médicos e da Associação Nacional de Médicos Residentes, esta última criada em 1967 durante o II Congresso Nacional de Médicos Residentes. Assim, a Residência teve sua importância formalmente reconhecida como modalidade de especialização de pós-graduação, bem como sua ordenação legal pelo MEC.

Em 1977, foi criada a Comissão Nacional de Residência Médica pelo Decreto Federal nº 80.281, de 05 de setembro de 1977, com o objetivo de normatizar os programas de residência médica no Brasil, estabelecendo os critérios mínimos para o credenciamento dos médicos, dentre outras normas, estabelecendo o que preconiza o seu Artigo 1º:



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



A Residência em Medicina constitui modalidade do ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização, caracterizada por treinamento em serviço, em regime de dedicação exclusiva, funcionando em Instituições de saúde, universitárias ou não, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional.

O Programa de Residência Médica, cumprido integralmente dentro de uma determinada especialidade, confere ao médico residente o título de especialista. A expressão “Residência Médica” só pode ser empregada para programas que sejam credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica.

Reconhecendo a importância da Residência Médica e cumprindo o que diz a Lei Federal nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, como órgão supervisor, do exercício ético-profissional no Estado do Rio de Janeiro, regulamentou através da Resolução CREMERJ nº 42, de 16 de maio de 1992, a participação de médicos residentes nas Comissões de Ética Médica:

Art. 1º - As Comissões de Ética Médica instaladas nos estabelecimentos hospitalares e outras pessoas jurídicas em que se exerça a Medicina, na conformidade das Resoluções n. 02 e n. 03/84 do CREMERJ, terão na sua composição a participação de dois médicos residentes, sendo um efetivo e um suplente.

Consoante à história da Residência Médica no Brasil, o PRÊMIO DE RESIDÊNCIA MÉDICA foi idealizado pela Comissão de Médicos Recém-Formados do CREMERJ em 2004 e, desde então, ocorreu de forma ininterrupta até 2016 quando inaugurou sua 13ª Edição.

A Residência Médica é um importante meio para a especialização médica e pode parametrizar o tipo de assistência prestada à população. É sabido do grau de exigência e do alto padrão de atendimento nos hospitais em que há programas de Residência Médica o que implica, ainda, na melhoria dos serviços destes.

Desde o primeiro concurso até o último, ocorrido em outubro de 2016, o prêmio de RESIDÊNCIA MÉDICA tem atraído cada vez mais a atenção dos Médicos Residentes e Preceptores do Estado do Rio de Janeiro, demonstrando a preocupação deste Conselho Regional de Medicina com o estímulo à produção científica e a valorização da vida acadêmica, bem como com a Educação Médica Continuada, destacando a Residência Médica como o “padrão ouro” dos cursos de especialização.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Ainda, em consonância com o Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1931, em 17 de setembro de 2009, no seu Capítulo I – Princípios Fundamentais, inciso II e V:

[...]

II - O alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional.

[...]

V - Compete ao médico aprimorar continuamente seus conhecimentos e usar o melhor do progresso científico em benefício do paciente.

Diante do reconhecimento da comunidade médica do Estado do Rio de Janeiro em razão do desejo de ver publicado o fruto do árduo trabalho de pesquisa desenvolvido no dia a dia da Residência Médica, produzido em meio ao atendimento ao paciente e horas intermináveis de estudo, sob a supervisão de renomados especialistas, decidiu-se fazer um resgate histórico publicando os três artigos científicos premiados nos treze Concursos, disponibilizando à comunidade médica e acadêmica esta produção científica de alto valor como incentivo aos médicos residentes e preceptores para que continuem produzindo ciência.

2.2 MANUAL DO DIRETOR TÉCNICO

O cargo de Diretor Técnico está disciplinado nos termos da Lei Federal nº 12.842/2013, que diz ser ato privativo do médico a coordenação e supervisão das atividades médicas. É o responsável perante os Conselhos de Medicina, autoridades sanitárias, Ministério Público, Poder Judiciário e demais autoridades pelo funcionamento do estabelecimento de saúde que representa.

Nesta direção, a Resolução CFM nº 2.147/2016 estabelece as normas sobre as responsabilidades, atribuições e direitos dos Diretores Técnicos, Diretores Clínicos e Chefias de Serviços médicos que, no âmbito de suas respectivas atribuições, responderão perante o Conselho Regional de Medicina.

Diante desta prerrogativa, cabe ao CREMERJ, como órgão fiscalizador da ética nos estabelecimentos de saúde onde se exerça a medicina, munir de informações seus jurisdicionados sobre os mais variados assuntos e sua pertinência no âmbito da atuação do médico, vislumbrando o pleno atendimento à população.

Neste sentido, o Manual do Diretor Técnico, na sua 8ª edição, revista e atualizada, tem o condão de assessorar os médicos na sua jornada pelo pleno exercício ético da medicina, conhecendo as normas balizadoras de suas ações, bem como sobre os mais variados assuntos, dispostos no seu Capítulo 5º.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



2.3 CÓDIGO DE ÉTICA DO ESTUDANTE DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, a exemplo de outros Conselhos Regionais de Medicina, edita em 2017 o Código de Ética do Estudante de Medicina do Estado do Rio de Janeiro com o fim de propiciar aos futuros médicos os conhecimentos basilares da ética profissional, onde o alvo de toda atenção é a saúde do ser humano e para o qual deverão aprimorar-se no desenvolvimento de sua vida acadêmica.

O presente Código é fruto de longos meses de trabalho da Comissão de Médicos Recém-Formados do CREMERJ que contou com a inestimável colaboração da Associação de Médicos Residentes do Estado do Rio de Janeiro-AMERERJ, da Associação Brasileira de Educação Médica-ABEM, de representantes de diversas entidades estudantis, bem como de médicos, professores e estudantes de medicina que dedicaram seu tempo, trazendo sua experiência e seu olhar sobre a vida acadêmica, observando as dificuldades e expectativas dos estudantes de medicina frente aos desafios da profissão.

O Código de Ética do Estudante de Medicina do Estado do Rio de Janeiro é baseado no Código de Ética Médica em vigor, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1931, de 17 de setembro de 2009 e tem por objetivo auxiliar o estudante de medicina na sua formação ética e humanística, preocupação precípua deste Conselho Regional de Medicina.

Os Estudantes de Medicina, já nos primeiros anos de formação, acompanhados de seus professores, sentem o peso de sua responsabilidade sobre vidas humanas no contato direto com os pacientes. O Conselho Regional de Medicina não pode furtar-se, ainda na Faculdade de Medicina, dar-lhes a conhecer sua responsabilidade frente à profissão que escolheram, cimentando no fazer acadêmico os princípios basilares da ética, da honra e da dignidade para o exercício da Medicina.

O Código de Ética Médica do Estudante de Medicina é um documento de suma importância e deve estar à mão, ao alcance dos estudantes, com o fim de auxiliá-los na trajetória acadêmica, dando-os a conhecer seus direitos e deveres como estudantes e como cidadãos, sedimentando uma futura relação médico-paciente.

2.4 ATESTADO DE ÓBITO

O presente livro, *ATESTADO DE ÓBITO - Aspectos médicos, estatísticos, éticos e jurídicos*, teve seus direitos de reprodução autorizados ao CREMERJ, "desde que preservado o conteúdo integral e citada a fonte", pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, na pessoa de seu Presidente, Cons^o Reinaldo Ayer de Oliveira, o que muito honrou esta Casa.

O Atestado de Óbito é um documento legal e por esta razão é grande a responsabilidade dos médicos que devem preenchê-lo de forma correta, com intuito de



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



subsidiar o Estado de informações importantes relacionados à epidemiologia, com vistas à promoção das políticas públicas de saúde para a população.

Fruto de intenso trabalho desenvolvido por médicos do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade de São Paulo-PROAIM e do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Medicina do Estado de São Paulo, em parceria com o CREMESP, o resultado frutificou em excelente material de consulta, tanto para médicos quanto para graduandos em Medicina de todo o país.

Diante do exposto o CREMERJ almeja, por meio da reprodução desta obra, fornecer informações de qualidade para os seus jurisdicionados com a plena certeza de colaborará com o trabalho ético da medicina, função precípua deste Conselho.

2.5 O CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA

A Lei Federal nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, determinou o papel dos Conselhos Regionais de Medicina como órgãos supervisores da ética profissional médica no Brasil, *"cabendo-lhes zelar e trabalhar por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente"*.

Em consonância com esta norma, o Conselho Federal de Medicina publicou, em 17 de setembro de 2009, o Código de Ética Médica que nos seus cento e dezoito artigos, precedidos dos Princípios Fundamentais e dos Direitos dos Médicos, contem as normas que devem ser seguidas pelos médicos no exercício de sua profissão, bem como no exercício das demais atividades e serviços relacionados à Medicina.

Desta forma, cabe ao CREMERJ o cumprimento de seu dever legal como órgão fiscalizador do pleno exercício da Medicina, consoante aos princípios técnico-humanísticos, coroados pelo Juramento de Hipócrates, dar pleno conhecimento aos seus jurisdicionados sobre seus direitos e deveres, que compõem esta norma.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Das Amostras dos Modelos para Aprovação e Produção dos livros definidos

3.1.1. A Contratada deverá apresentar em até 05 (cinco) dias corridos, após o início do contrato, modelos físicos dos livros fidedignos à impressão que será feita do(s) Item(ns) solicitado(s) pela Contratante para aprovação.

3.1.2 A aprovação do material ficará à cargo da Gerência do CPEDOC (Centro de Pesquisa e Documentação do CREMERJ) ou a cargo de quem ela delegar, sendo entregue amostras na



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Sede do CREMERJ sito à Praia de Botafogo, 228/Loja 119 B – BOTAFOGO/RJ, A/C da Sra. Carmo de Maria Monteiro de Araújo, Gerente do CPEDOC.

3.1.3 Caso as amostras apresentadas não estejam de acordo com o objeto do contrato e sejam desaprovadas pela Contratante, a contratada será notificada da não aceitação dos produtos, devendo de imediato serem consideradas as ponderações e alterações necessárias indicadas pela Contratante, a fim da correta aprovação e posterior produção do material gráfico.

3.2. PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

3.2.1 Os materiais deverão ser entregues da seguinte forma:

3.2.1 Embalados separadamente Item a Item:

3.2.1.1 LIVRO 1: RESIDÊNCIA MÉDICA;

3.2.1.2 LIVRO 2: CÓDIGO DE ÉTICA DO ESTUDANTE DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO;

3.2.1.3 LIVRO 3: O ATESTADO DE ÓBITO;

3.2.1.4 LIVRO 4: MANUAL DO DIRETOR TÉCNICO;

3.2.1.5 LIVRO 5: CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA

3.2.2 Os itens solicitados deverão ser entregues no seguinte local:

3.2.2.1 Em horário comercial: compreendido entre 09:00 às 18:00horas;

3.2.2.2 Na sede da Contratante, no seguinte endereço: Praia de Botafogo, nº 228 / Loja 119B/1º andar – Setor CPEDOC (Centro de Pesquisa e Documentação) – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.250-145.

3.2.3 O prazo de entrega será:

3.2.3.1 De até 20 (vinte) dias contados da aprovação física dos materiais, nos termos dos *Itens 3.1.1.* e *3.1.3* deste Termo de Referência.

3.3. DAS QUANTIDADES DOS PEDIDOS

3.3.1. A contratante produzirá:

3.3.1.1. Livro 1 – RESIDÊNCIA MÉDICA
QUANTIDADE – 500 UNIDADES

3.3.1.2. Livro 2 - CÓDIGO DE ÉTICA DO ESTUDANTE DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



QUANTIDADE – 1.500 UNIDADES

3.3.1.3. Livro 3 – O ATESTADO DE ÓBITO

QUANTIDADE – 1.000 UNIDADES

3.3.1.4. Livro 4 – MANUAL DO DIRETOR TÉCNICO

QUANTIDADE – 1.000 UNIDADES

3.3.1.5. Livro 5 – CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA

QUANTIDADE – 2.000 UNIDADES

3.4. ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL GRÁFICO: LIVROS

3.4.1. Os materiais gráficos **LIVROS** deverão ser produzidos conforme as especificações abaixo:

ITEM	OBJETO
01	LIVRO 1 - RESIDÊNCIA MÉDICA Capa: 33 x 23 cm (aberto) 16 x 23 cm (fechado) Lombada 1cm Papel CARTÃO DUPLEX Acabamento: Capa dura Cor: 4x0 Miolo: 16 x 23 cm Número de Páginas: 344 Papel: Sulfite 75 g ou Offset Cor: 2x2 Miolo: 4x4
02	LIVRO 2 - CÓDIGO DE ÉTICA DO ESTUDANTE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO Capa: 13 x 20 cm (fechado) 27 x 20 cm (aberto) Lombada 1 cm Papel Couchê 220 gr Acabamento: Laminação fosca Cor: 4x0 Miolo: 13 x 20 cm Número de páginas: 56 Papel: Sulfite 75 g Cor: 2x2 Miolo: P&B
03	LIVRO 3 - O ATESTADO DE ÓBITO Capa: 14,5 x 20,5 cm (fechado) 30 x 20,5 cm (aberto) Lombada 1 cm Papel Couchê 220 gr ou Papel CARTÃO DUPLEX Acabamento: Laminação fosca Cor: 4x1 Formato Livro: 14,5 x 20,5 cm Número de Páginas: 132 Papel: Sulfite 75 g ou Offset Miolo: P&B
04	LIVRO 4 - MANUAL DO DIRETOR TÉCNICO Capa: 13,5 x 20 cm (fechado) 27,8 x 20 cm



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



	<p>Lombada 1 cm Papel Couchê 220 gr ou Papel CARTÃO DUPLEX Acabamento: Laminação fosca Cor: 4x0 Formato Livro: 13,5 x 20 Número de Páginas: 212 Papel: Sulfite 75g ou Offset Miolo: P&B</p>
05	<p>LIVRO 5 - CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA Capa: 21 x 14,5 cm (aberto) 10,5 x 14,5 cm (fechamento) Papel Couchê 220 gr Acabamento: Laminação Fosca + grampo ou lombada Cor: 4x0 Formato Livro: 10,5 x 14,5 cm Número de Páginas : 96 Papel: Sulfite 75g ou Offset Cor: P&B</p>

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1.** Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada;
- 4.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;
- 4.3.** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Contrato, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.4.** Nomear Fiscal responsável pelo acompanhamento e execução dos serviços, que deverá fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 4.5.** Ao CONTRATANTE caberá disponibilizar todos os meios e informações necessários para a realização adequada do objeto deste Contrato, bem como efetuar o pagamento à CONTRATADA.
- 4.6.** Aprovar, quando necessário, a modificação do que necessário, desde que em observância ao cumprimento ao objeto do Edital, para a perfeita execução deste contrato;
- 4.7.** O CONTRATANTE exime-se de qualquer responsabilidade por danos causados pela CONTRATADA na execução dos serviços objeto do presente contrato, respondendo a CONTRATADA por quaisquer danos eventualmente causados;



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



4.8. Fiscalizar a prestação dos serviços ora contratados, sem que daí advenha qualquer redução das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA e, ainda, aplicar multa ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA desobedeça as presentes cláusulas.

4.9. Encaminhar a arte para impressão à CONTRATADA para a produção dos livros.

5. DO PREÇO e PAGAMENTO

5.1 O preço final dos serviços gráficos que objetivam a produção e entrega dos LIVROS ao CREMERJ deverá contemplar as despesas com material, mão-de-obra, encargos, tributos, frete ou quaisquer outros custos existentes a perfeita execução do objeto deste Termo de Referência, observadas todas as regras condensadas no Edital n. XXX/2017 a qual se vincula este Termo de Referência.

5.2 O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da Nota Fiscal devidamente discriminada em nome do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ n.º 31.027.527/0001-33, constando o número do Processo (nº 031/2017) e o número do Pregão (nº 009/2017), acompanhada dos seguintes documentos, sem o qual, havendo atraso dos mesmos, ensejará a contagem de novo prazo para pagamento:

5.2.1 Declaração do Simples (*assinada e original*), caso a empresa seja Optantes do SIMPLES Nacional;

5.2.2 Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão específica quanto à inexistência de débito de contribuições junto ao INSS, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto n.º 6.106/2007, ou alterações posteriores.

5.3 O pagamento poderá ser feito através de boleto bancário ou depósito, sendo neste último caso, necessário que conste na descrição da Nota Fiscal os dados: Banco, Agência e Conta para depósito, cuja titularidade deve estar em nome da empresa vencedora deste certame licitatório.

5.4 A liberação da Nota Fiscal/Fatura para pagamento ficará condicionada ao atesto do(s) Fiscal(is), conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93;

5.5 Qualquer atraso ocorrido na apresentação dos documentos exigidos importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CREMERJ até sanada todas as pendências.

5.6 Fica a empresa VENCEDORA ciente da obrigatoriedade de apresentação do Termo de Opção pelo Simples, quando assim couber, no ato da entrega da Nota Fiscal, esclarecendo o CREMERJ



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



que a não apresentação do documento em questão, ocasionará o desconto no pagamento devido à empresa do valor referente ao encargo previsto na Lei nº 9.430 de 27/12/96.

5.7 Todos os impostos serão retidos em conformidade com a IN-RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores.

Termo de referência elaborado por: CPEDOC - CREMERJ.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

Nome da Empresa: _____
CNPJ e Endereço: _____
Telefone: _____ E-mail de contato: _____
Nome do Responsável(is) legal(is) pela assinatura do contrato: _____
Identidade: _____ CPF: _____
Contato: Sr(a). _____

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de Serviços Gráficos para a produção de: LIVROS

OBJETOS	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
LIVRO 1 – Prêmio de Residência Médica	R\$ XXX	R\$ XXX
LIVRO 2 – Código de Ética do Estudante de Medicina do Estado do RJ	R\$ XXX	R\$ XXX
LIVRO 3 – O Atestado de óbito	R\$ XXX	R\$ XXX
LIVRO 4 – Manual do Diretor Técnico	R\$ XXX	R\$ XXX
LIVRO 5 – Código de Ética Médica	R\$ XXX	R\$ XXX
VALOR MÁXIMO GLOBAL= (Soma dos valores dos livros 1 + 2 + 3 + 4 + 5)		R\$ XXX

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Os valores acima englobam todos os serviços, materiais, encargos, frete, tributos ou ainda, despesas de quaisquer outras naturezas para a perfeita execução do contrato e a remuneração da Contratada.

Observações:

- 1) **Será vencedor** aquele que ofertar o MENOR VALOR GLOBAL, ou seja, aquele licitante que apresentar o menor valor quanto a soma dos Itens 1, 2, 3, 4 e 5 ;
- 2) **Serão desclassificadas as propostas:** a) que apresentarem valor unitário para os Itens 1, 2, 3, 4 e 5 e valor global superiores ao indicado na *Cláusula 6.1 do Edital*.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO n. 031/2017

PREGÃO n. 009/2017

CONTRATO n. XXX/XX

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE
MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO –
CREMERJ E A EMPRESA

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2017, presente de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREMERJ**, CNPJ n.º 31.027.527/0001-33, situado na Praia de Botafogo, n.º 228/loja 119-B, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado pelo seu Diretor-Presidente, **Dr. Nelson Nahon**, portador da carteira de identidade n.º ***** emitida pelo CREMERJ e CPF n.º *****, adiante denominado apenas **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, portadora do CNPJ n.º _____, Inscrição Estadual n.º _____, com sede na _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr./Sra. _____, inscrito (a) no CPF/MF sob o número _____ e portador (a) da carteira de identidade n.º _____ a seguir designada simplesmente **CONTRATADA**, resolveram firmar o presente Contrato de prestação de serviços, tudo mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS REGRAS APLICÁVEIS

1.1 - O presente Contrato rege-se pelas disposições da Lei 8.666 de 21.06.93, suas alterações e demais disposições legais em vigor ou que venham a disciplinar as licitações e os contratos no âmbito da Administração Pública Federal e às disposições do procedimento licitatório que ensejaram a presente contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente tem como objeto a contratação de empresa de Serviços Gráficos para a produção de: LIVROS, em total conformidade com o **Edital n. 009/2017** e respectivo **Termo de Referência**, que ensejou este Contrato e Planilha de Preços da CONTRATADA datada de ___/___/17, partes integrantes deste instrumento independente de anexação.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO, ENDEREÇO E PRAZO DA ENTREGA DO MATERIAL GRÁFICO

3.1 Os materiais deverão ser entregues da seguinte forma:

3.1.1 Embalados separadamente Item a Item:

3.1.1.1 LIVRO 1: RESIDÊNCIA MÉDICA;

3.1.1.2 LIVRO 2: CÓDIGO DE ÉTICA DO ESTUDANTE DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO;

3.1.1.3 LIVRO 3: O ATESTADO DE ÓBITO;

3.1.1.4 LIVRO 4: MANUAL DO DIRETOR TÉCNICO;

3.1.1.5 LIVRO 5: CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA

3.1.2 Com a indicação na embalagem da quantidade respectiva.

3.2 Os itens solicitados deverão ser entregues no seguinte local:

3.2.1 Em horário comercial: compreendido entre 09:00 as 18:00h;

3.2.2 Na sede do CREMERJ, no seguinte endereço: Praia de Botafogo, nº 228 / Loja 119B/1º andar – Setor CPEDOC (Centro de Pesquisa e Documentação do CREMERJ) – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.250-145.

3.3 O prazo de entrega será:

3.3.1. Para a amostra física: A Contratada deverá apresentar em até 5 (cinco) dias corridos, após a confirmação de recebimento do pedido, modelos físicos fidedignos à impressão que será feita do(s) Item(ns) solicitado(s) para a aprovação da Contratante.

3.3.2 Para a entrega dos livros: prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados da aprovação do pedido.

CLÁUSULA QUARTA - DAS QUANTIDADES DOS PEDIDOS

4.1. A contratante produzirá:

4.1.1. Livro 1 – PRÊMIO DE RESIDÊNCIA MÉDICA - O CREMERJ incentivando a iniciação científica de jovens médicos

QUANTIDADE: 500 UNIDADES



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



4.1.2. Livro 2 - CÓDIGO DE ÉTICA DO ESTUDANTE DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

QUANTIDADE: 1.500 UNIDADES

4.1.3. Livro 3 – O ATESTADO DE ÓBITO

QUANTIDADE: 1.000 UNIDADES

4.1.4. Livro 4 – MANUAL DO DIRETOR TÉCNICO

QUANTIDADE: 1.000 UNIDADES

4.1.5. Livro 5 – CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA

QUANTIDADE: 2.000 UNIDADES

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada;

5.2. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom andamento deste Contrato;

5.3. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Contrato, após o cumprimento das formalidades legais e da devida prestação de serviços gráficos.

5.4. Nomear Fiscal responsável pelo acompanhamento e execução dos serviços, que deverá fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

5.5. Ao CONTRATANTE caberá disponibilizar todos os meios e informações necessários para a realização adequada do objeto deste Contrato, bem como efetuar o pagamento à CONTRATADA.

5.6. Aprovar, quando necessário, a modificação do que necessário, desde que em observância ao cumprimento ao objeto do Edital, para a perfeita execução deste contrato;

5.7. O CONTRATANTE exime-se de qualquer responsabilidade por danos causados pela CONTRATADA na execução dos serviços objeto do presente contrato, respondendo a CONTRATADA por quaisquer danos eventualmente causados;



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



5.8. Fiscalizar a prestação dos serviços ora contratados, sem que daí advenha qualquer redução das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA e, ainda, aplicar multa ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA desobedeça as presentes cláusulas.

5.9. Encaminhar a arte para impressão dos livros à CONTRATADA para produzir os livros.

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1 DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

6.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.

6.1.2. O objeto deste contrato será fornecido em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência e Planilha de Preços da CONTRATADA, partes integrantes e anexos deste instrumento.

6.1.3. A empresa CONTRATADA compromete-se a produzir e fornecer os LIVROS em conformidade ao contido no Termo de Referência do Edital do Pregão nº 009/2017, dando suporte, corrigindo e substituindo as inconformidades no que necessário à plena e eficaz realização dos eventos.

6.1.4. Nos casos de divergência ou omissão deste Contrato, prevalecerão as condições e especificações contidas no edital do certame, e em seus anexos.

6.1.5. Quando por fato superveniente, excepcional, estranho a vontade das partes ou, ainda, por situação imprevisível não for possível o cumprimento total ou parcial do objeto a que se destina este instrumento, a empresa CONTRATADA deverá, no prazo de três dias úteis, encaminhar documento com justificativa pelo ocorrido, para análise por parte da Administração.

6.1.5.1 Não serão analisadas as justificativas sem a devida fundamentação ou requerimentos de extensão do prazo sem a devida motivação.

6.1.6. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de salários, encargos sociais, horas-extras, impostos, bem como quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados quando em serviço, e por tudo quanto a legislação vigente lhes assegure, inclusive férias, aviso prévio, indenização e quaisquer outros direitos;

6.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



resultantes da execução em desconformidade com o Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes deste instrumento;

6.1.8. Não se obrigar perante terceiros, dando o presente contrato como garantia ou compensar direitos de créditos decorrentes da execução dos serviços ora pactuados em operações bancárias e/ou financeiras, sem prévia autorização expressa do CONTRATANTE;

6.2 DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS

6.2.1 A Contratada deverá produzir os materiais gráficos nas especificações abaixo mencionadas:

ITEM	OBJETO
01	LIVRO 1: PRÊMIO DE RESIDÊNCIA MÉDICA – O CREMERJ incentivando a iniciação científica de jovens médicos: Capa: 33 x 23 cm (aberto) 16 x 23 cm (fechado) Lombada 1cm Papel CARTÃO DUPLEX Acabamento: Capa dura Cor: 4x0 Miolo: 16 x 23 cm Número de Páginas: 344 Papel: Sulfite 75 g ou Offset Cor: 2x2 Miolo: 4x4
02	LIVRO 2: CÓDIGO DE ÉTICA DO ESTUDANTE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO Capa: 13 x 20 cm (fechado) 27 x 20 cm (aberto) Lombada 1 cm Papel Couchê 220 gr Acabamento: Laminação fosca Cor: 4x0 Miolo: 13 x 20 cm Número de páginas: 56 Papel: Sulfite 75 g Cor: 2x2 Miolo: P&B
03	LIVRO 3: O ATESTADO DE ÓBITO Capa: 14,5 x 20,5 cm (fechado) 30 x 20,5 cm (aberto) Lombada 1 cm Papel Couchê 220 gr ou Papel CARTÃO DUPLEX Acabamento: Laminação fosca Cor: 4x1 Formato Livro: 14,5 x 20,5 cm Número de Páginas: 132 Papel: Sulfite 75 g ou Offset Miolo: P&B
04	LIVRO 4: MANUAL DO DIRETOR TÉCNICO Capa: 13,5 x 20 cm (fechado) 27,8 x 20 cm



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



	Lombada 1 cm Papel Couchê 220 gr ou Papel CARTÃO DUPLEX Acabamento: Laminação fosca Cor: 4x0 Formato Livro: 13,5 x 20 Número de Páginas: 212 Papel: Sulfite 75g ou Offset Miolo: P&B
05	LIVRO 5: CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA Capa: 21 x 14,5 cm (aberto) 10,5 x 14,5 cm (fechamento) Papel Couchê 220 gr Acabamento: Laminação Fosca + grampo ou lombada Cor: 4x0 Formato Livro: 10,5 x 14,5 cm Número de Páginas : 96 Papel: Sulfite 75g ou Offset Cor: P&B

6.3 DAS AMOSTRAS DOS MODELOS PARA APROVAÇÃO E PRODUÇÃO DOS LIVROS DEFINIDOS

6.3.1. A Contratada deverá apresentar em até 05 (cinco) dias corridos, após o início do contrato, modelos físicos dos livros fidedignos à impressão que será feita do(s) Item(ns) solicitado(s) pela Contratante para aprovação.

6.3.2 A aprovação do material ficará à cargo da Gerência do CPEDOC (Centro de Pesquisa e Documentação do CREMERJ) ou a cargo de quem ela delegar, sendo entregue amostras na Sede do CREMERJ sito à Praia de Botafogo, 228/Loja 119 B – BOTAFOGO/RJ, A/C da Sra. Carmo de Maria Monteiro de Araújo, Gerente do CPEDOC.

6.3.3 Caso as amostras apresentadas não estejam de acordo com o objeto do contrato e sejam desaprovadas pela Contratante, a contratada será notificada da não aceitação dos produtos, devendo de imediato serem consideradas as ponderações e alterações necessárias indicadas pela Contratante, a fim da correta aprovação e posterior produção do material gráfico.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

7.1. Pelos serviços a serem prestados pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pagará o preço unitário, constante da Planilha de Preços que ensejou o julgamento da proposta da CONTRATADA como vencedora no Pregão nº 009/2017, **multiplicado pelo número de peças solicitadas para produção e entrega, conforme abaixo:**



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



OBJETOS	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO POR ITEM
LIVRO 1 – Prêmio de Residência Médica	500	R\$ XXX
LIVRO 2 – Código de Ética do Estudante de Medicina do Estado do RJ	1.500	R\$ XXX
LIVRO 3 – O Atestado de óbito	1.000	R\$ XXX
LIVRO 4 – Manual do Diretor Técnico	1.000	R\$ XXX
LIVRO 5 – Código de Ética Médica	2.000	R\$ XXX

7.2. O preço unitário referido no item acima, inclui todos os serviços, materiais, encargos, frete tributos ou quaisquer outros de outras naturezas e a remuneração da CONTRATADA, relacionados aos serviços a serem prestados pela CONTRATADA.

7.3. Para todos os efeitos, inclusive imposição de penalidades, o valor total estimado deste contrato é de R\$ _____ (xxxxxxxxxx → *valor global da proposta*).

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

8.1 O pagamento dar-se-á:

8.1.1 Pelo fornecimento e produção gráfica de LIVROS produzidos pela CONTRATADA, o CREMERJ pagará o valor abaixo indicado por Item, o qual inclui todos os serviços, materiais, encargos, tributos, frete, despesas de quaisquer outras naturezas necessárias a perfeita execução do objeto e a remuneração da CONTRATADA:

OBJETOS	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO POR ITEM
LIVRO 1 – Prêmio de Residência Médica	500	R\$ XXX
LIVRO 2 – Código de Ética do Estudante de Medicina do Estado do RJ	1.500	R\$ XXX
LIVRO 3 – O Atestado de óbito	1.000	R\$ XXX
LIVRO 4 – Manual do Diretor Técnico	1.000	R\$ XXX
LIVRO 5 – Código de Ética Médica	2.000	R\$ XXX

8.2 O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da Nota Fiscal, posterior a realização de cada entrega, devidamente discriminada em nome do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ n.º 31.027.527/0001-33,



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



constando o número do Processo (nº 031/2017) e o número do Pregão (nº 009/2017), acompanhada dos seguintes documentos, sem os quais, havendo atraso dos mesmos, ensejará a contagem de novo prazo para pagamento:

8.2.1 Declaração do Simples (*assinada e original*), caso a empresa seja Optante do *SIMPLES Nacional*;

8.2.2 Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão específica quanto à inexistência de débito de contribuições junto ao INSS, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto n.º 6.106/2007;

8.3 O pagamento poderá ser feito através de boleto bancário ou depósito, sendo neste último caso, necessário que conste na descrição da Nota Fiscal os dados: Banco, Agência e Conta para depósito, cuja titularidade deve estar em nome da empresa vencedora deste certame licitatório.

8.4 A liberação da Nota Fiscal/Fatura para pagamento ficará condicionada ao atesto do(s) Fiscal(is), conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93;

8.5 Qualquer atraso ocorrido na apresentação dos documentos exigidos nos Itens **8.2.1**, **8.2.2** e **8.3** **importará em prorrogação automática do prazo de vencimento** da obrigação do CREMERJ até sanada todas as pendências.

8.6 Fica a CONTRATADA ciente de que, quando da ocasião do pagamento, serão verificados se as condições de habilitação estão mantidas, sem as quais ocorrerá prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CREMERJ até que a regularidade seja comprovada.

8.7 Fica a empresa CONTRATADA ciente da obrigatoriedade de apresentação do Termo de Opção pelo Simples, quando assim couber, no ato da entrega da Nota Fiscal, esclarecendo o CREMERJ que a não apresentação do documento em questão, ocasionará o desconto no pagamento devido à empresa do valor referente ao encargo previsto na Lei nº 9.430 de 27/12/96.

8.8 Todos os impostos serão retidos em conformidade com a IN-RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores.

8.9 O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável durante sua vigência, cabendo a empresa VENCEDORA, mantê-lo para a execução na íntegra do objeto contratual, para a realização dos dois eventos no preço constante da proposta apresentada.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A fiscalização e o acompanhamento do contrato e execução dos serviços serão realizados pelo(s) Sr(s). XXXXX, Fiscal (is) deste contrato, especialmente designado(s) pelo CREMERJ na forma do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – RECURSOS FINANCEIROS

10.1 As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao CONTRATANTE para o corrente exercício de 2017, assim classificados:

- Natureza das Despesas : Financeira
- Fonte de Recurso: Orçamento
- Nota de Empenho nº: xxx/2017
- Rubrica Orçamentária nº: xxxxxxxxxxxx
- Valor Total do Contrato: R\$ XXXXXX (xxxxxxxx)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VIGÊNCIA

11.1 O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado através de Termo Aditivo, respeitado os limites da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

12.1 Fazem parte integrante do presente contrato, a Proposta de Preços da CONTRATADA, o Edital do Pregão N. 009/2017 e seus anexos e demais elementos que o acompanham, independentemente de anexação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1 As alterações ao presente Contrato serão feitas através de ADITAMENTO assinado pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, com base no disposto no artigo 65 da Lei n. 8.666/93.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO

14.1 A inexecução total ou parcial do presente Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências por este previstas e, especialmente, as consequências dos artigos 78 a 80 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA MULTA

15.1 Pela inexecução total ou parcial das cláusulas e condições previstas no presente Contrato, no Edital do Pregão Presencial e na Proposta da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93.

15.2 Havendo sanção punitiva, todos os pagamentos serão suspensos até comprovação do pagamento da multa ou justificativa que a abone.

15.3 A CONTRATADA incorrerá em multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na hipótese de recusa injustificada pela licitante vencedora em aceitar ou receber as solicitações de serviço ou por descumprimento injustificado das cláusulas do edital;

15.3.1 Multa, na hipótese de atraso, no percentual correspondente a 1% (um por cento) calculado sobre o valor mensal, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias, após este prazo será cobrada multa até 10% calculada sobre o valor total do contrato, caracterizando inexecução parcial do contrato (conforme a gravidade do caso);

15.4 A notificação da multa inicia o prazo para recurso, e à CONTRATANTE é facultado, caso a justificativa da CONTRATADA não seja aceita, descontar o valor da fatura a ser apresentada.

15.5 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será deduzida da garantia ou, em sua insuficiência, das faturas devidas, ou ainda, cobradas diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente, na forma dos parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sendo a CONTRATADA notificada para recompor o valor inicial da garantia.

15.6 - As sanções previstas poderão ser registradas em sistemas de cadastramento de fornecedores.



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1 O presente Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, ou pela inexecução total ou parcial do presente contrato, com as consequências contratuais e as previstas nos artigos 77 e seguintes e 86 e seguintes todos da lei 8666/93 sem prejuízo das demais cominações previstas em outras normativas correlatas vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos decorrentes da execução do presente Contrato serão resolvidos de comum acordo entre as partes, em último caso, remetido à autoridade superior da Administração do CONTRATANTE, para decidir, tudo em estrita observância à Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE DO EDITAL

18.1 Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Quaisquer dúvidas ou questões oriundas da execução do presente Contrato, que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas em Juízo do Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

E por estarem acordadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, ___ de _____ de 2017.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) Nome _____

2) Nome: _____

CPF/MF n.: _____

CPF/MF n: _____